

Ocupação Humana
e Polarização
de um Espaço Rural do
Garb-al-Andalus

O Médio Tejo à luz da
Toponímia Árábica

Manuel Sílvio Alves Conde

Arquipélago - História
2ª Série II 1977

OCUPAÇÃO HUMANA E POLARIZAÇÃO
DE UM ESPAÇO RURAL DO *GARB-AL-ANDALUS*
o Médio Tejo à luz da toponímia arábica

por
Manuel Sílvio Alves Conde*

Na periferia dos grandes centros civilizacionais islâmicos, o *Garb-al-Andalus* permaneceu, durante muito tempo, à margem dos estudos consagrados à Hispânia muçulmana. A situação melhorou apreciavelmente na última década, mas, apesar do que até aqui se produziu, o conhecimento da área ocidental do *Andalus* permanece muito lacunar ¹.

Nesses estudos, os espaços rurais do *Garb* foram, em regra, secundarizados ², e o Médio Tejo ³ muçulmano tem sido sistemática-

* Departamento de História, F. C. S., Universidade dos Açores.

¹ Vejam-se as recentes sínteses de Cláudio Torres, "O *Garb-Al-Andalus*", in *História de Portugal*, dir. por José Mattoso, vol. I, Lisboa, 1992, pp. 363-415, e A. H. de Oliveira Marques, "O 'Portugal' islâmico", in *Nova história de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. I - *Portugal das invasões germânicas à 'Reconquista'*, coord. por A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, 1993, pp. 117-249, e respectivos elencos bibliográficos. Assinalem-se também as revistas *Arqueologia medieval*, do Campo Arqueológico de Mértola [1992-], e *Xelb, Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*, do Museu Municipal de Arqueologia de Silves [1988-], que regularmente se dedicam a questões do *Garb*.

² Também na vizinha Espanha, a preferência tem ido para as temáticas urbanas, como foi vivamente sublinhado por Miquel Barceló, "Quina arqueologia per al-Andalus?", *Arqueologia medieval*, n.º 2 (1993), p. 8.

³ Em trabalho em curso, procederemos à delimitação minuciosa deste espaço, em contexto medievo e à sua justificação. Nele consideramos os actuais concelhos de Abrantes, Alcanena (parte), Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal, Tomar, Torres No-

mente silenciado, tido por “terra de ninguém”⁴. Tal atitude é, até certo ponto, compreensível, em face dos limites das fontes, decorrentes da sua natureza⁵.

As fontes e os seus limites

As fontes árabes relativas a este espaço, quer a literatura geográfica, quer a cronística, foram redigidas por autores provenientes de meios urbanos, exteriores ao mesmo⁶. Em regra, os seus autores não foram além da apreciação genérica de cada *kura* (distrito), omitindo a comunidade rural e os núcleos de povoamento rural, *qurun* (plural de *qarya*, aldeia)⁷. Não referiram sequer as unidades territoriais de base, dependessem elas de *husun* (plural de *hisn*, fortaleza) ou mesmo de *mudun* (plural de *madina*, cidade). Apenas lhes interessaram os centros urbanos mais significativos, as

vas e Vila Nova da Barquinha, mais o território da Cardiga, todos no distrito de Santarém, o concelho de Ponte de Sor e a freguesia de Belver, no distrito de Portalegre, e o concelho de Vila de Rei, no distrito de Castelo Branco.

⁴ Ainda recentemente, referindo-se a Tomar, afirmou a arqueóloga Salette da Ponte, “Tomar: história e geografia humanas no tempo e no espaço”, *Arqueologia na região de Tomar. Suplemento ao Boletim cultural e informativo da Câmara Municipal de Tomar*, n.º. 1 (1985), p. 21: “Tomar torna-se então durante 4 séculos —de 716 a 1137— numa ‘terra de ninguém’, o Mondego e o Tejo constituíam, por assim dizer, as fronteiras naturais dos Cristãos, a Norte, e dos Árabes a Sul [...]”.

⁵ Como sublinhou veementemente, para defender a tese do ermamento da região, Eduardo Campos, *Notas históricas sobre a fundação de Abrantes*, 2.ª ed., revista e aumentada, Abrantes, 1988, p. 27: “Busquem-se nas crónicas coevas (árabes ou cristãs) provas dessa existência [de Abrantes árabe]. Quem se ocupar com tal trabalho, o que dele concluirá é muito mais do que a inexistência de Abrantes; é a ausência da mais ténue referência a qualquer povoação num extenso território que abrange parte das actuais províncias da Beira Baixa, Ribatejo, Estremadura e Alto Alentejo”.

⁶ Aspecto já considerado, relativamente à Marca Superior do *Andalus*, por Philippe Sénac, “Peuplement et habitats ruraux dans la Marche Supérieure d’Al-Andalus: l’Aragon”, in *Villages et villageois au Moyen Age*, XXIe Congrès de la Société des Historiens Médiévistes de l’Enseignement Supérieur Public (Caen, 1990), Paris, 1992, pp. 27-28, que considera que tais fontes, além de raras, “sont également imprécises et déformants”.

⁷ Exceptue-se a menção, numa delas, das “1000 aldeias” da *kura* de Santarém, na qual se inseria a maior parte do Médio Tejo, Cf. *Una Descripción Anónima de Al-Andalus*, ed. de Luis Molina, vol. II, Madrid, 1983, p. 58.

fortificações de maior relevância estratégica, os itinerários (*masalik*) principais. Assinalaram algumas vezes a fertilidade dos solos e a riqueza das culturas —por regra, em forma estereotipada e excessiva—, os produtos principais e o montante dos impostos, reportando-se sempre à capital da *kura* ⁸. A imagem que nos dão do espaço rural é, assim, bastante vaga e desfocada.

Por sua vez, as fontes cristãs —cronísticas ou documentais— relativas ao período da *reconquista* e à primitiva colonização deste espaço escasseiam, sendo inteiramente omissas em relação ao período crucial que decorre entre 1147, momento da captura do território, e 1159, ano em que ocorrem as primeiras iniciativas da coroa, documentadas, visando o seu repovoamento. Tais testemunhos, são, por outro lado, marcados pelas estratégias de organização social do espaço praticadas por quem os produziu: a coroa e institutos senhoriais. Sabido que era princípio geral o da pertença ao rei, nas áreas tomadas aos muçulmanos, de toda a propriedade territorial abandonada, ou considerada sem titular efectivo, por direito de conquista ⁹, bem como o do respeito dos direitos de propriedade dos moçárabes, se estes não houvessem cometido acto que implicasse a sua perda, é fácil entender os motivos pelos quais as fontes cristãs apresentam o espaço rural médio-tagano como um ermo. Ainda mais desfocada e imprecisa é, por isso, a imagem que nos dão desse espaço, no contexto a que nos reportamos.

Perante o insuficiente e deformante testemunho de geografias, crónicas e documentos, árabes ou cristãos, o tema da ocupação humana do Médio Tejo sob domínio islâmico há-de ser esclarecido, sobretudo, pela arqueologia. Não são de desprezar, contudo, outras

⁸ Cf. as descrições, relativas à *kura* de *Santarín*, feita no século X por Al-Razi, integrada na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, ed. crít. por Luís Filipe Lindley Cintra, vol. II, 2ª. ed., Lisboa, 1984, p. 66, e as escritas nos séculos XI-XII por Al-Bakr, (reproduzida no século XIII por Ibn Abd Al-Munim Al-Himiari), Al-Idrisi e Al-Makari, in *Portugal na Espanha árabe*, ed. por António Borges Coelho, vol. I - *Geografia e cultura*, 2ª. ed., Lisboa, 1989, pp. 61-62, 70 e 76.

⁹ Luis Domínguez Guilarte, "Notas sobre la adquisición de tierras y de frutos en nuestro Derecho medieval. La presura o escalio", *Anuario de Historia del Derecho Español*, t. X (1933), pp. 288-289; Ignacio de la Concha y Martínez, *La "Presura". La ocupacion de tierras en los primeros siglos de la Reconquista*, Madrid, 1946, p. 78 e *passim*; Virgínia Rau, *Sesmarias medievais portuguesas*, 2ª. ed., Lisboa, 1982, pp. 28-29.

fontes, da etnografia à toponímia. É o testemunho desta última que queremos, neste trabalho, relevar. A identificação, estudo e levantamento cartográfico da toponímia arábica do Médio Tejo permite o preenchimento de uma parte, porventura muito pequena, da matéria lacunar relativa a este período, o aprofundamento de certas temáticas, nomeadamente a do ordenamento rural da área, e a construção de algumas novas hipóteses que estudos posteriores se encarregarão de confirmar, ou desmentir.

A toponímia arábica

Encontrámos, na sub-região, mais de 80 nomes locativos derivados do árabe, que se apresentam em apêndice. Note-se que o surgimento de alguns desses topónimos poderá ter sido posterior ao domínio muçulmano, não abonando, portanto, o povoamento nesse período. É o caso, sobretudo, de vocábulos que permaneceram no português corrente, cujo uso neste contexto deve ser objecto do maior cuidado. Ainda assim, tais locativos denunciam, parece-nos, uma presença e interesses muçulmanos no território médio-tagano bem mais relevantes do que, até agora, se tem considerado.

A toponímia arábica sub-regional espraia-se pela terminologia relativa à paisagem, ao povoamento e às actividades económicas, primárias e secundárias. Inclui nomes relativos à flora espontânea e subespontânea, com étimos como *az-zanbuja* (zambujeiro), *al-iklil* (alecrim), *ar-rihana* (murta), *ar-ruta* (arruda), *arzia* (cedral), ou *al-fezeran* (canavial), zootopónimos, como *al-qarauan* (perdiz), ou *zez* (cigarra), e locativos respeitantes a detalhes topográficos, derivados de *al-geiran* (cova ou gruta), *ar-rif* (flanco da montanha), ou *ar-ras* (cabeço). Tudo o que respeita à água parece ter particular relevo, desde a vertente paisagística, com *al-kharrarat* (cascatas), *al-mugadir* (charco), ou *al-birka* (lago, poça), à das técnicas de irrigação e de produção de energia, representadas por *al-biran* (dual de *ber*, poço), *Man-nau'ra* (nora), *as-sudd* (açude), ou *as-saniya* (azinha). Outros aspectos da paisagem rural e das actividades agropecuárias são também contemplados, através de *al-qamh* (trigo), *ar-ruz* (arroz), *naranja* (laranja), *rumman* (romã), *çaff* (sebe), *al-qaua* (terra inculta), *al-marj* (prado, paul), *al-jazira* (ilha, lezíria),

ou *rabb ad-dan* (dono de carneiros). Formas de povoamento e tipos de exploração rural integram, do mesmo modo, a toponímia médio-tagana de raiz árabe, através de *al-madina*, *ar-rabad* (plural de *ar-rabd*, subúrbio), *hisn*, *qarya*, *al-day'a* (propriedade fundiária), *ar-rahal* (granja), ou *al-munia* (horta). O mesmo se diga dos transportes e comunicações, presentes através do radical *-massa* (caminho) ou de étimos como *ar-racif* (estrada pavimentada), *az-zinaiqa* (rua estreita), *al-megta'a* (vau de um rio), ou *al-maras* (plural de *al-marsa*, ancoradouro). E também do comércio, itinerante, através do *az-zammal* (almocreve), ou urbano, com o *suk* (mercado) e o seu *al-muhtasib* (juiz do mercado), e das actividades extractivas, dominadas pela exploração do tufo de calcário (*al-qiddan*).

O poder e o elemento onomástico-étnico estão igualmente presentes na toponímia arábica da zona. Aquele é representado pelos já mencionados *hisn* e *al-muhtasib*, mas também por outros nomes ligados à administração ou à actividade guerreira, como *al-musrif* (almoxarife), *al-qa'id* (alcaide), *ar-rias* (punho de espada), *ar-rabita* (convento fortificado), *at-tali'a* (atalaia), *al-burj* (torre), e pelo radical *cat-* (contração de *qal'at*, castelo). Este aparece-nos em étimos como *Qayn*, *Kinana*, *Zuhra* e *Luwata*, que correspondem às denominações de tribos árabes e berberes, e ainda em *Banu al Faqih*, *Banu'Amir* e outros derivados de *Banu-*, que identificam clãs berberes.

O Médio Tejo sob o domínio muçulmano

Para uma melhor percepção das estratégias de polarização/ordenamento territorial postas em prática no Médio Tejo, entre os séculos VIII e XII, delinaremos, em traços muito gerais, o conspecto político e sócio-económico da área.

É pouco o que, de concreto, se sabe da vida das populações locais. Dentro do *Garb*, o território a norte do Tejo teria uma feição particular, dada a sua muito forte componente cristã¹⁰. A ductilidade dos muçulmanos para com os vencidos, seguidores das religiões do Livro, a quem se permitia a manutenção dos costumes e instituições civis e religiosas, no respeito pela autoridade muçulmana e desde

¹⁰ Santiago Macías, "Resenha dos factos políticos", in Cláudio Torres, *ob. cit.*, p. 419.

que se pagassem os tributos estipulados, deve ter possibilitado a existência de um clima de aceitação tácita entre cristãos e muçulmanos. Circunstâncias particulares favoreceriam este clima. A convivência das gentes da zona com os invasores muçulmanos, aos quais se submeteram sem luta, permitindo-lhes uma ocupação fácil, valeu-lhes um estatuto autonómico e a manutenção dos seus bens e direitos de propriedade ¹¹, situação a que, escrevendo no século XI, alude Muhammad ibn Muzayn:

“Os territórios que se submeteram por capitulação são os do Norte, onde os cristãos conservaram a propriedade das terras e arvoredo, mas não a dos outros bens. Alguns sábios antigos dizem, falando de Espanha, que a maior parte dela se submeteu por capitulação, excepto alguns lugares bem conhecidos, porque, depois da derrota de Rodrigo, capitularam todas as cidades. Daqui que os cristãos que as habitavam continuaram possuindo as suas terras e demais propriedades com direito a vendê-las” ¹².

Até há pouco tempo, considerava-se a islamização da Hispânia resultado da rápida ocupação dos seus territórios pelos poderosos exércitos árabes e berberes, que teriam forçado os cristãos vencidos à apostasia ou ao exílio. Essa tese vem sendo ultimamente rejeitada, considerando-se antes a islamização como um fenómeno “de essência cultural, mais do que militar” ¹³, para o qual contribuíram sobretudo as comunidades de mercadores que controlavam as rotas do Oriente ¹⁴, “lento e gradual” ¹⁵, mas irreversível, “mesmo sem as tropas de Tárique” ¹⁶. A essa luz, ganha uma nova dimensão o fenómeno

¹¹ J. Leite de Vasconcelos (e M. Viegas Guerreiro), *Etnografia portuguesa. Tentame de sistematização*, vol. IV, 2ª. ed., Lisboa, 1982, pp. 257-262; Cláudio Torres, *ob. cit.*, p. 419.

¹² *Portugal na Espanha árabe*, vol. 1, pp. 57-58.

¹³ Cláudio Torres, *ob. cit.*, p. 406.

¹⁴ Cláudio Torres, *ob. cit.*, pp. 371-372.

¹⁵ Cláudio Torres, *ob. cit.*, p. 407; o mesmo autor, baseando-se em Molins Figuera, sustenta que só em finais do século X, os muçulmanos teriam ultrapassado metade da população de al-Andaluz.

¹⁶ Cláudio Torres, *ob. cit.*, p. 406.

moçárabe ¹⁷, pela sua importância e extensão no *Andalus*.

O impacto do mesmo no Médio Tejo, durante o período muçulmano, é-nos revelado por alguns, pouco numerosos, mas significativos, indícios. São um pouco mais abundantes na área tomarense. Aí existiam, na margem esquerda do Nabão, perto do local do *Forum de Sellium*, diversos mosteiros e templos cristãos que a tradição oral, em 1317, apontava como fundados muito antes da edificação do castelo de Tomar: os mosteiros de Santa Iria, de monjas, de Santa Maria de Selho, de monges negrados, e a igreja de S. Pero Fins ¹⁸. Em ligação ao primeiro daqueles mosteiros surgiu a lenda do martírio de Santa Iria e o culto da mesma propagar-se-ia no vale do Tejo na época moçárabe, segundo a hipótese de José Mattoso ¹⁹. Mais a norte, na zona de Dornes, existiu o pouco conhecido mosteiro da Murta, de que surge uma primeira menção em meados do século XII ²⁰ e comunidades moçárabes

¹⁷ Sobre o fenómeno moçárabe, veja-se: Alexandre Herculano, *História de Portugal*, ed. de José Mattoso, t. III, Lisboa, 1980, pp. 235-274; J. Leite de Vasconcelos (e M. Viegas Guerreiro), *ob. cit.*, vol. IV, pp. 254-298; José Mattoso, "Os moçárabes", *Fragments de uma composição medieval*, Lisboa, 1987, pp. 19-34; Cláudio Torres, *ob. cit.*, pp. 405-409 e *passim*; A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 200-204, 208-211, 229-230.

¹⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A. N. T. T.), *Gaveta 15*, maço 3, n.º 15; *Leitura Nova, Mestrados*, fl. 93v. Transcrito por Vieira Guimarães, *Thomar. Sta. Iria*, Lisboa, 1927, pp. 104-107. Sobre a origem dos mosteiros de Tomar, v. bibliografia aduzida no nosso *Tomar medieval. O espaço e os homens*, Cascais, 1996, p.32 e n.21.

¹⁹ Sobre a lenda e culto de Santa Iria, martirizada em 653, cf. Fr. Isidoro de Barreira, *Historia da vida, e martyrio da gloriosa Virgem Santa Iria, Portuguesa nossa...*, Lisboa, 1618 [reed. Lisboa, 1939]; Vieira Guimarães, *ob. cit.*, pp. 200-218 e *passim*; Mário Martins, *Estudos de literatura medieval*, Braga, 1956, pp. 486-490; Miguel de Oliveira, "Santa Iria e Santarém", *Lenda e História. Estudos hagiográficos*, Lisboa, 1964, pp. 7-55; Avelino de Jesus da Costa, "Santa Iria e Santarém", *Revista Portuguesa de História*, n.º 14 (1972), pp. 9-63, 521-530; José Mattoso, *ob. cit.*, p. 27.

²⁰ Referido na demarcação do território de Ceras, em 1159: "quomodo diuidit per flumen Ozezar ubj uocatur portus de Kajjs et inde per mediam stratam usque ad *monasterium de Murta* et inde per aquam de Murta quomodo descendit in Fraxineta et inde uenit ad portum de Thomar qui est in strata de Colimbria que uadit in Sanctaren et inde per mediam stratam per portum de Ourens et inde per mediam stratam quomodo uadit per sumitatem de Beselga et inde per lumbum de contra Sanctaren quo uertit aquam ad Beselga et quomodo descendit ad Thomar et inde descendit in Ozezar et inde ad portum de Kaijs". A. N. T. T., *Gaveta 7*, maço 3, n.º 8. *Documentos medievais portugueses. Documentos régios*, ed. por Rui de Azevedo, vol. I — *Documentos dos condes portugueses e de D. Afonso Henriques*, A. D. 1095-1185, t. I, Lisboa, 1958, n.º 271; *Monumenta Henricina*, vol. I, Coimbra, 1960, n.º 4.

praticaram o culto de Santa Susana e S. Paulo (o patrono da serra do mesmo nome) ²¹.

A estabilidade político-social subsequente à conquista muçulmana, a fertilidade dos solos da *kura* de *Santarin* —em especial nas terras baixas valorizadas pelas cheias do Tejo, como a afamada *Balata*, mas também noutras áreas, entre as quais se incluíam os “Bairros” médio-taganos, entre Alcanena e Tomar, e as pequenas planícies aluviais dos cursos inferiores do Almonda, do Nabão e das ribeiras da Beselga e da Lousã—, as inovações culturais e tecnológicas introduzidas pelos muçulmanos ²², a progressiva mercantilização da economia de todo o Vale do Tejo, polarizada por *Santarin* e, crescentemente, por *al-Usbuna*, justificariam um notável sucesso na valorização económica daquela *kura*, glosado por geógrafos e cronistas. Por exemplo, Al-Razi, no século X, diria:

“Enno termo de Santarem ha muytas e boas bondades e he muy saborosa terra. E quanto he no chaão, nõ sayram hy alqueever nem na lavrarom duas vezes se nõ quiseren, tanto he de boa terra naturalmente. E, quando enche o Tejo, saae pella terra chaã e cobreia toda e, pois que o ryo dece, faz suas sementeiras muy boas sorodeas. E tanto fica a terra em boa maneira desposta que chega o pam a segar com os primeiros. Em termo de Sanctarẽ ha terra tam fructifera que do dia que semeã o pã ataa sete domaas o segam” ²³.

Como vimos atrás, a toponímia arábica revela o peso decisivo que teriam a agricultura —sobretudo a de regadio—, o pastoreio e a extracção entre as actividades produtivas do Médio Tejo. Permite ainda vislumbrar a presença dos mecanismos de mercado na estruturação da vida económica.

²¹ Referindo-se às comunidades moçárabes da área, afirmou António Baião, “A villa e concelho de Ferreira do Zezere. V - Ferreira e o seu termo nos seculos XVI e XVII”, *O Archeologo Português*, XVI (1911), p. 63: “Anteriormente á fundação da monarchia já a religião catholica tinha a sua propaganda por estas imediações: Santa Susana, S. Paulo e o mosteiro da Murta são d’isso claro indício, pois das duas primeiras só a tradição nos chega e do ultimo chega-nos noticia da sua existencia logo meado o sec. XII”.

²² Sobre as culturas e tecnologias introduzidas, ou desenvolvidas, pelos muçulmanos, veja-se A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 154-165.

²³ Transcrição de Al-Razi na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. II, p. 66.

A emergência nas áreas mais férteis de uma agricultura próspera teve na base vários condicionalismos favoráveis: um, relativamente largo, período de acalmia ²⁴ e prosperidade seria acompanhado pela introdução de novas espécies vegetais, como os citrinos e o arroz, e pelo desenvolvimento de culturas mediterrânicas já antes ensaiadas, caso da oliveira, da vinha e da figueira. As inovações técnicas trazidas pelos árabes —a azenha, a nora, mas também, segundo se supõe, o açude de estacarias e a roda hidráulica ²⁵— possibilitariam um notável aproveitamento dos recursos hídricos, quer para rega, quer como força motriz ²⁶. O quadro produtivo de base —hortas, pomares de citrinos, trigais e olivedos ²⁷—, denunciado pela toponímia, parece determinado não tanto pelas condições naturais, mas sobretudo pelos mecanismos de mercado e pelos recursos técnicos existentes. A criação do gado, anexa à agricultura, incluía-se entre as principais actividades económicas, posto que dela existam poucos informes ²⁸. A caça e a pesca teriam também alguma relevância ²⁹. O artesanato, pelo contrário, não seria merecedor de qualquer realce.

²⁴ Desde o final do primeiro quartel do século VIII ao início do terceiro quartel do século XI. Essa estabilidade seria, porém, interrompida por alguns momentos de grande conflitualidade interna, a que o Médio Tejo nem sempre foi imune —como as revoltas do século IX— e perturbada pela primeira ocupação cristã de *Qulunriyya*, entre 878 e 987, que converteria a *kura* de *Santarin* em marca de fronteira.

²⁵ A maioria dos autores locais sustenta a origem árabe dos açudes e das rodas. Há, porém, quem defenda a sua introdução no período tardo-romano. Cf. Fernando Ferreira, *Coisas simples da terra tomarense. O rio, os açudes e as rodas*, Tomar, 1976, p. 39; Salete da Ponte, *ob. cit.*, p. 21.

²⁶ Destaque-se a importância da azenha, o moinho de água de rodízio vertical, introduzido pelos árabes no Garb, de grande impacto na sub-região. Cf. A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 163.

²⁷ Já Cláudio Torres, *ob. cit.*, mapa da p. 387, “Distribuição dos principais recursos no Garbe”, assinala, em todo o Médio Tejo, uma grande faixa de olival.

²⁸ Mas é referida expressamente para a *kura* de *Santarin* por A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 160.

²⁹ Cf. os topónimos *al-qarauan* e *al-bayaz* (falcoeiro), este identificando uma serra situada a norte da área que tratamos. Veja-se, a propósito do mesmo David Lopes, “Toponímia árabe de Portugal”, *Revista Lusitana*, XXIV (1926), p. 264. Assinale-se ainda que tarrafa, termo correspondente a uma das artes de pesca que se tem praticado na zona desde a Idade Média [cf. o regimento tomarense da “paga das conhecenças”, de 1457, in A. N. T. T., *Ordem de Cristo*, cód. B-51-52, fl. 18] até aos nossos dias, provém do árabe *tarraha*. As tarrafas são redes de lançado, de malha dupla. O seu lastro, muito pesado, afunda-a imediatamente, formando-se um círculo. Depois, o lançador fecha-a, puxando a corda que a sustenta. Sobre as artes de pesca tradicionais do rio Nabão, veja-se Fernando Ferreira, *ob. cit.*, pp. 86-89.

A integração nos circuitos comerciais centrados em Santarém e Lisboa, autorizada pela sua acessibilidade, permitia um fácil escoamento do excedente agrícola e, bem assim, a drenagem, para aqueles centros urbanos, das suas riquezas naturais: o tufo calcário ³⁰, o ferro ³¹, as madeiras ³².

A relativa estabilidade alterar-se-ia com a reorganização dos cristãos, já que as suas contra-ofensivas trariam de novo a insegurança. Em resposta à ameaça cristã formou-se uma unidade ampla, a marca inferior, *al-Tagr al-Adna*, com poderes civis e militares unificados e sede em *Marida* ou *Batalyaws*, agregando as *kuwar* sitas a norte de *Baja* ³³. As dificuldades avolumar-se-iam desde o princípio do século XI, na sequência do desmembramento do califato em pequenas taifas, que se confrontavam e debilitavam. A taifa de *Batalyaws*, em que se incluía o Médio Tejo, ao enredar-se em conflitos com a sua rival *Isbiliya*, descurou as fronteiras a Norte, permitindo a Fernando I atingir facilmente a linha do Mondego ³⁴. Seguiu-se a intervenção almorávida na Península, a culminar no triunfo de Zalaca sobre Afonso VI (1086). O clima de tácita aceitação e convivência mútua que, com altos e baixos, dominara no período anterior, dava lugar à intolerância e ao ódio religioso, acicatados entre os muçulmanos pelo fanatismo almorávida e na corte de Leão pela influência franca. Doravante, seria a guerra sem tréguas, a política de terra queimada conduzida por ambos os contendores, com as misérias e sofrimentos que isso acarretava para as comunidades que povoavam a zona de fronteira, em que todo o Médio Tejo, por muito tempo, se inseriria.

³⁰ O topónimo Alqueidão aparece concentrado em duas zonas distintas: a NE de Alcanena, junto ao maciço estremenho; nas margens do Zêzere. O calcário seria objecto de importante tráfico, descendo o Tejo em barcaças, em direcção aos fornos de cal de Alcochete, e daí aos mercados de Lisboa e das cidades do sul. Cf. Cláudio Torres, *ob. cit.*, p. 390; A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 165.

³¹ Acima de Tomar, em Ferreira do Zêzere, haveria, neste período, alguma mineração de ferro, de acordo com Cláudio Torres, *ob. cit.*, pp. 389-390.

³² Cláudio Torres, *ob. cit.*, pp. 373-374, 389-390, 393.

³³ A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal desde os tempos mais antigos até à presidência do sr. general Eanes. Manual para uso de estudantes e outros curiosos de assuntos do passado pátrio*, vol. 1 - *Das origens ao Renascimento*, 12ª. ed., Lisboa, 1985, p. 38.

³⁴ A reconquista definitiva de Lamego deu-se em 1057, a de Viseu em 1058 e a de Coimbra em 1064. Cf. A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 55.

Geografia do povoamento rural do Médio Tejo à luz da toponímia arábica

O tratamento cartográfico da toponímia arábica do Médio Tejo, apreciada esta com as necessárias precauções, permite-nos —se conjugado com os escassos informes carreados pelas fontes escritas e criteriosamente aproximado de outras realidades rurais do *Andalus*, sobre as quais a informação disponível é bastante mais ampla— conhecer de forma mais aprofundada a ocupação humana e o ordenamento rural daquela área.

A produção social do espaço, durante o período muçulmano, derivou de um modelo de organização de poderes que projectava espacialmente focos polarizadores. Dado que a estruturação do território, o domínio da natureza e o domínio dos homens partiam de pólos fixos —lugares centrais e assentos dos poderes— a polarização surgia como sua característica essencial ³⁵.

O processo começava pela escolha do sítio onde se concentrariam os poderes territoriais. Nesse pólo, ou lugar central, acumulavam-se recursos —e solicitações— os mais abundantes e sofisticados, concentravam-se gentes e estruturas económicas, mais ou menos complexas. Esta dinâmica revelava-se mais incisiva no espaço urbano. Mas a lógica da polarização não se confinava ao espaço urbano; incidia também, fortemente, sobre o espaço periurbano e o próprio espaço rural tendia a subordinar-se ao pólo ordenador ³⁶. A lógica do modelo inclui a tendência para a constituição de uma hierarquia de lugares, integrados numa rede urbana mais ou menos vasta. Contudo, o processo de hierarquização, no que respeita às áreas rurais do *Andalus*, parece ter sido bastante suave ³⁷. Dentro da rede hierárquica, os limites das

³⁵ Sobre a teoria dos lugares centrais, postulada por Christaller, e os principais conceitos a que recorre, veja-se a “Introdução” de Jorge Gaspar, *A área de influência de Évora. Sistema de funções e lugares centrais*, 2ª. ed., Lisboa, 1981, pp. 15-35 e 49-61.

³⁶ A dinâmica da polarização nem sempre irradia dos meios urbanos para os meios rurais. Como veremos a seguir, processos de polarização foram conduzidos por comunidades rurais, que combinam o povoamento disperso com a eleição de um pólo militar defensivo.

³⁷ Cf. Pierre Guichard, intervenção no debate do seu relatório, “Orient et Occident: peuplement et société”, *Habitats fortifiés et organisation de l'espace en Méditerranée médiévale*, Table Ronde 4-5 mai 1982, Lyon, 1983, p. 195: “Le problème du rapport à la ville dans le monde oriental est très vaste et les données en sont mal connues. La ville reste la résidence des

áreas de influência de cada um dos lugares centrais decidiam-se, em cada conjuntura, pela capacidade polarizadora de cada um deles e pelo protagonismo que assumiam nos confrontos com os lugares seus concorrentes.

Hoje conhece-se melhor a estrutura do povoamento rural do *Andalus*, graças aos cuidados estudos relativos a áreas que dispõem de maior volume de informações, seja pela riqueza das suas fontes escritas, seja pela recolha e tratamento sistemáticos dos dados arqueológicos. A partir deles, é possível o estabelecimento dos tipos de povoamento e mesmo a elaboração de modelo explicativo global da sociedade rústica “andaluza” que cremos poder tomar como referência para o estudo da realidade do Médio Tejo muçulmano ³⁸.

classes aristocratiques qui possèdent aux alentours des propriétés foncières. Cela correspond à une situation où il existe un ‘ordre public’ et une certaine adhésion de la communauté à cet ordre. La ville organise le paysage péri-urbain, mais, au-delà, il y a des noyaux de peuplement relativement autonomes, peu hiérarchisés. La notion de hiérarchisation des centres de peuplement est plutôt occidentale. En al-Andalus tout au moins, la constitution d’organisations politiques autour des centres principaux —quand il y a plusieurs capitales— se fait de façon souple, les différents noyaux de peuplement se rattachant assez indifféremment à n’importe quel pouvoir souverain”.

³⁸ Foi Pierre Guichard que trouxe os camponeses “andaluzes” para a cena historiográfica, ao discernir na documentação relativa ao *Shark al-Andalus*, os contornos de comunidades rurais, solidamente estruturadas, constituídas sobretudo por grupos clânicos e tribais berberes e mantendo uma relação directa com o Estado Omeia, cuja fiscalidade, no essencial, neles assentava [85 a 90%, de acordo com os cálculos de Miquel Barceló, *ob. cit.*, p. 9]. Esta perspectiva, corroborada pela arqueologia, em particular pelos trabalhos de A. Bazzana e Miquel Barceló, veio pôr em questão a visão tradicional do problema, que sustentava que o regime fundiário dominante correspondia à grande propriedade e pequena exploração, através do colonato parciário. Esta visão, estabelecida por Charles Verlinden, “La condition des populations rurales dans l’Espagne médiévale”, in *Recueils de la Société Jean Bodin*, t. II — *Le servage*, Bruxelas, 1959, pp. 169-200, e E. Lévi-Provençal, *España musulmana hasta la caída del califato de Córdoba (711-1031 de J. C.)*. *Instituciones, sociedad, cultura*, t. V da *Historia de España*, dir. por Ramón Menéndez Pidal, 3ª. ed., Madrid, 1973, pp. 150- 152, a partir de fontes literárias relativas à opressão fiscal dos camponeses no período das taifas e das fórmulas notariais de contratos agrários, ainda há não muitos anos era admitida pacificamente pela generalidade dos autores. Cf., por exemplo, Reyna Pastor de Togneri, *Del Islam al Cristianismo. En las fronteras de dos formaciones económico-sociales*, Barcelona, 1975, pp. 48-52.

Coloca-se obviamente o problema, fundamental para a compreensão do Médio Tejo muçulmano, de saber até que ponto o modelo de estruturação das sociedades rústicas do *Shark al-Andalus*, fortemente berberizadas, vigorava em áreas em que o elemento moçárabe e muladi

O povoamento rústico do *Andalus* assentaria basicamente, por um lado, na dispersão em núcleos, pegados às terras de cultivo, situadas em vales e planuras irrigáveis, por outro lado, em castelos-refúgio erguidos em elevações fronteiras àqueles, por iniciativa comunitária³⁹. Por vezes, uma *qarya* procedia ainda à construção de uma torre isolada (*burj*)⁴⁰. Um funcionamento orgânico preciso associava: a) a comunidade rural, solidária e fortemente estruturada, regida por um conselho de notáveis; b) o território comunitário, em regra definido por limites naturais —vale, linhas de relevo— no qual se espargiam as *qura* (plural de *qarya*) e os *harat* (plural de *harat*, bairro); e c) o *hisn*

dominava, do ponto de vista demográfico, uma vez que praticamente nada se sabe sobre estas áreas. A assimilação de boa parte da população indígena “a la sociedad segmentada en sus comunidades de aldea” já foi todavia reconhecida pelo arqueólogo Manuel Acín Almansa, “Poblamiento y fortificación en el sur de Al-Andalus. La formación de un país de Husun”, *III Congreso de arqueología medieval española. Oviedo 17 Marzo-1 Abril 1989. Actas*, vol. I — *Ponencias*, Oviedo, 1989, p. 142, que identificou, naquela área geográfica, diversos *husun*-refúgio de povoados cristãos. Cf. *idem, ibidem*, p. 145.

³⁹ André Bazzana e Pierre Guichard, “Châteaux et peuplement en Espagne médiévale: l'exemple de la région valencienne”, in *Châteaux et peuplement en Europe occidentale, du Xème au XVIIIème siècle*, Flaran 1, Auch, 1980, pp. 190-202; Pierre Guichard, “Géographie historique et histoire sociale des habitats fortifiés ruraux de la région valencienne”, *Habitats fortifiés et organisation de l'espace en Méditerranée médiévale*, pp. 87-93; Pierre Bonnassie e Pierre Guichard, “Les communautés rurales en Catalogne et dans le Pays Valencien (IXe-milieu XIe siècle)”, in *Les communautés villageoises en Europe occidentale du Moyen Age aux Temps modernes*, Flaran 4, Auch, 1984, pp. 79-117 (sobretudo pp. 94-101); Pierre Guichard, “Paysans d'al-Andalus. XIe-XIVe siècle”, in *Histoire des Espagnols*, dir. por Bartolomé Bennassar, t. I — *VIe-XVIIe siècle*, Paris, 1985, pp. 138-150.

Não se dissociando a função defensiva da função agrícola, “la distance séparant les habitats ouvertes des refuges oscille toujours entre 500 mètres et 2500 mètres”. A. Bazzana, intervenção no debate do relatório de Pierre Guichard, “Orient et Occident: peuplement et société”, *cit.*, p. 193.

Os sítios escolhidos apresentavam condições de defesa “natural”, podendo mesmo dispensar a factura da defesa “construída”: “Dans un premier temps, le choix d'un emplacement naturel bien défendu mais cependant d'un accès facile, a été le seul acte matériel, complété à l'occasion par la mise en place d'aménagements annexes, des citernes par exemple”. André Bazzana, “Les structures: fortification et habitat”, *Habitats fortifiés et organisation de l'espace en Méditerranée médiévale*, p. 167. Por outro lado, sendo estas fortificações de iniciativa das comunidades rurais, a sua parte construída era erguida com os materiais da área, com escassez de meios e recorrendo aos processos técnicos localmente disponíveis.

⁴⁰ Geralmente, estas torres surgiam em áreas de fraco relevo, em aldeias mais afastadas do *hisn*, ou junto de vias de comunicação, que pretendiam vigiar.

ou *qala'a* ⁴¹, por vezes simples refúgio simbólico ⁴². Para Pierre Guichard, o conjunto indissociável dos três elementos ter-se-ia constituído como unidade sócio-política de base, entre os séculos V e X ⁴³.

Mas o *Andalus* veria manifestar-se, no século XI e início do século XII, um fenómeno de *incastellamento*, a exemplo do que ocorrera noutros espaços mediterrânicos ⁴⁴, e, sobretudo em zonas mais activas do ponto de vista económico, o povoamento começava a organizar-se em núcleos compactos, encastelados, associando aldeia e fortificação ⁴⁵.

Tem sido sublinhado o carácter não senhorial da organização sócio-política na época muçulmana. Muitas vezes, estabelecia-se uma relação directa entre a comunidade rural e o Estado, centrada na fiscalidade; no caso das fortificações mais importantes, existia um *qa'id*, representante do poder central, mas a sua competência era limitada a partir de cima pelo Estado, a partir de baixo pela força da comunidade, solidamente organizada, dispondo de terras e fortificações ⁴⁶.

Quanto às classes sociais urbanas, detentoras de grandes propriedades junto das cidades, ocupavam também algumas terras dependentes das fortificações rurais. Mas estas correspondiam, em regra, a uma porção minoritária e periférica do solo cultivado, apresen-

⁴¹ *Hisn* e *qala'a* não são rigorosamente a mesma coisa. O termo *qala'a* designa uma fortaleza de grande dimensão, ou mesmo um centro urbano, em que a função militar releve sobre as demais. Chama-se *hisn* a qualquer estrutura que sirva para defender um determinado território, independentemente da sua envergadura. Por vezes, designa-se assim um simples acampamento de madeira. Valérie Dallièrre-Benelhadj, "Le 'château' en al-Andalus: un problème de terminologie", *Habitats fortifiés et organisation de l'espace en Méditerranée médiévale*, pp. 63-64.

⁴² André Bazzana, "Typologie...": les habitats fortifiés du Shark al-Andalus", *Habitats fortifiés et organisation de l'espace en Méditerranée médiévale*, p. 19.

⁴³ Pierre Guichard, "Géographie historique et histoire sociale des habitats fortifiés ruraux de la région valencienne", *cit.*, p. 88.

⁴⁴ Pierre Toubert, *Castillos, señores y campesinos en la Italia medieval*, Barcelona, 1990, pp. 153-240 [tradução castelhana de parte do clássico *Les structures du Latium médiéval. Le Latium méridional et la Sabine du IXe à la fin du XIIe siècles*, 2 vols., Roma, 1973]. André Bazzana, "Les structures: fortification et habitat", *cit.*, p. 171, interroga-se sobre o uso generalizado do conceito: "[...] faut-il réserver l'emploi du terme *incastellamento* aux sociétés soumises aux contraintes d'une organisation féodale, ou est-il légitime d'élargir son utilisation à toute forme de mise en place d'un tissu castral cohérent, semblable à celui que nous offrent les siècles musulmans andalous?"

⁴⁵ André Bazzana, "Typologie...": les habitats fortifiés du Shark al-Andalus", *cit.*, p. 20.

⁴⁶ Pierre Guichard, *ob. cit.*, pp. 88-91.

tando-se como uma forma mais recente de apropriação da terra ⁴⁷.

Ao implantar-se no *Garb al-Andalus*, nos séculos VIII-IX, o quadro administrativo muçulmano aproveitou, em boa parte, o alicerce das experiências de organização territorial romana e eclesiástica-cristã. As *mudun* corresponderiam, em princípio, às antigas *civitates* romanas, com os ajustamentos que resultaram do sucesso de novos centros urbanos e do declinar de outros. Dispunham de jurisdição sobre o território que as cingia, o alfoz (*hawz*), com as suas pequenas comunidades rústicas, as alcarias, e os casais. A par dos centros urbanos, com os seus alfozes, nas áreas rurais existiam fortificações dotadas de administração própria, os *husun*, que incluíam um pequeno território, com diversas alcarias, que naquelas encontravam refúgio, quando necessário ⁴⁸. Um número variável de *mudun* e de *husun* constituía a *kura*, à frente da qual se encontrava um governador (*wali*), designado pelo poder central. No *Garb* a norte do Tejo, havia, no século X —em quadro porventura próximo do traçado no século VIII— quatro *kuwar* (plural de *kura*): *al-Usbuna*, *Santarin*, *Qulumriyya* e *Antaniya*. Como já se disse, o Médio Tejo incluía-se na *kura* de *Santarin*, cujos limites corresponderiam aos das *civitates* romanas de *Scallabis*, *Sellium* e *Aritium Vetus* ⁴⁹.

O sucesso económico da *kura* de Santarém estaria na base da sua considerável densidade populacional, de que a menção das “1000 aldeias” em fonte geográfica anónima, é reflexo, porventura exagerado ⁵⁰. Relativamente ao Médio Tejo, tomando-se como indicador a densidade da toponímia arábica, deveria ser apreciável o valor relativo da população entre Alcanena e a desembocadura do Zêzere e nos vales do rio Nabão e das ribeiras suas afluentes, mas escasso no território da antiga *civitas* de *Aritium*, exceptuada a faixa envolvente do Tejo.

⁴⁷ Pierre Guichard, *ob. cit.*, p. 91.

⁴⁸ A. H. de Oliveira Marques, “O ‘Portugal’ islâmico”, *cit.*, pp. 183-188.

⁴⁹ A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 184.

⁵⁰ Cf. a já aludida *Una Descripción Anónima de Al-Andalus*, vol. II, p. 58.

De acordo com os dados da toponímia, era a zona tomarense a que ostentava maior densidade populacional. É possível que o antigo lugar central da *civitas* de *Sellium*, que no período germânico porventura quase esgotara o seu protagonismo, retomasse agora a sua vocação urbana e que houvesse mesmo uma evolução sensível nesse sentido. Porém, as fontes escritas não permitem esclarecer devidamente esta hipótese e os trabalhos arqueológicos ainda não deram respostas a esta matéria ⁵¹. O lugar central ressurgido chamar-se-ia *Thamara*, de acordo com o historiador tomarense Santos Simões ⁵². Porém, ao invés da romana e germânica *Sellium*, a *madina* deveria situar-se na colina da margem direita, mais facilmente defensável e permitindo uma melhor vigilância sobre a rede viária regional ⁵³. Justificar-se-ia, assim, a designação de Almedina, que no período cristão se dava à principal porta da povoação intramuros, pela qual se fazia a ligação à parte baixa. O aglomerado não deixaria de conter, a par da *madina*, uma *qasaba* (praça-forte) ⁵⁴, ou, pelo menos, um *burj* ou *tali'a* ⁵⁵. Outros castelos integravam ainda o sistema defensivo da zona: a norte, o *hisn* de Ceras que, pelo menos na fase terminal do domínio muçulmano, seria a cabeça militar da zona, o de *Munt Salut* (Monsalude), na serra de S. Paulo, perto do importante entroncamento

⁵¹ Os testemunhos arqueológicos arábicos até agora revelados ficam-se pelo achado superficial, feito no *Forum* de *Sellium*, de um dirham de prata dos califas omíadas de Damasco, de 711; cf. Salete da Ponte, "A Cidade: memórias e sobrevivências históricas", *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Tomar*, n.º 18 (1993), pp. 150-151, n. 21.

⁵² J. M. dos Santos Simões, "I Curso de Estudos Tomarenses", in Fernando Ferreira, *ob. cit.*, p. 130. Baseia-se, para fundamentar a existência e designação do povoado, que seria igual à do rio, em geógrafos árabes, não mencionados e cujas tentativas de localização, por nós encetadas, se revelaram infrutíferas. Recentemente, em artigo dedicado a Idanha, Cláudio Torres referindo-se aos "cascos urbanos" de várias cidades, nos séculos IX e X, afirma ter o de Tomar menos de 3 hectares. Cláudio Torres, "A Sé-Catedral da Idanha", *Arqueologia medieval*, n.º 1 (1992), pp. 176-177. Mais uma vez, desconhecemos as fontes que sustentam tal cômputo.

⁵³ Seguimos aqui as hipóteses, que se nos afiguram verosímeis, formuladas por J. M. dos Santos Simões, *Tomar e a sua Judaria*, Tomar, 1943, pp. 26-27. De acordo com este, "deveriam existir nestas margens do Nabão uma ou mais povoações [...]. Seriam estas povoações habitadas por população árabe ou moçárabe e os seus núcleos principais eram, provavelmente, na margem esquerda do rio e na colina poente onde hoje se ergue o Castelo e Convento de Cristo. [...] Na colina já existiria uma atalaia e o agrupamento da casaria poder-se-ia considerar uma 'medina' com a sua 'Cásba' no alto".

⁵⁴ Edifício ou bairro castrense, sito na parte alta de uma cidade ou no centro de um *hisn*. Tirava partido das condições topográficas e era cingido por um ou mais muros, feitos de pedra ou outros materiais, designadamente a madeira. Valérie Dallièrre-Benelhadj, *ob. cit.*, pp. 66-67.

⁵⁵ Cf. o topónimo Casal das Atalaias.

viário do Rego da Murta ⁵⁶, a oeste, o pouco conhecido castelo de Carrapatoso, junto à Beselga e dominando a via conducente a Leiria ⁵⁷, a sudeste, o de Catapereiro, em monte fronteiro ao Zêzere ⁵⁸. Além destas fortificações, existiam na zona diversas atalaias ⁵⁹. O *hawz* da *madina* deveria seguir de perto os limites da antiga *civitas* de *Sellium* e, séculos mais tarde, inspiraria o traçado do território cristão de Ceras.

A ocidente, na zona que viria a ser posteriormente polarizada por Torres Novas, os elementos existentes não permitem considerar a existência de qualquer aglomerado urbano de dimensão média, isto é, de uma *madina* com o respectivo *hawz*. Já no plano da organização militar, esta zona deveria comportar dois ou, presumivelmente, três castelos. O primeiro seria o castelo de Almourol, segundo hipótese de Oliveira Marques ⁶⁰. Perto deste, abaixo de Riachos, existia uma segunda fortificação, correspondente à tão falada torre, ou alvorge (*burj*), de Toxe, junto à fértil planície que tomaria o seu nome (e, depois, o de Golegã) ⁶¹. O terceiro, um *hisn*, situar-se-ia no monte Asno, junto a

⁵⁶ Há informes árabes e cristãos, relativos à fortaleza de *Munt Salut*, desde o século IX.

Nela se rebelou, em 835, Mahmud ibn Abd al-Yabbar, berbere da tribo de Masmuda. Atacado por forças cordobesas, retiraria para norte. Acolheu-o Afonso II das Astúrias, confiando-lhe a fortaleza de Santa Cristina (Lugo). Aí, volvidos sete anos revoltar-se-ia Mahmud contra o rei cristão, que o esmagou e decapitou. Cf. Eduardo Manzano Moreno, *La frontera de al-Andalus en época de los Omeyas*, Madrid, 1991, p. 190 e n. 166; E. Lévi-Provençal, *España musulmana hasta la caída del califato de Córdoba (711-1031 de J. C.)*. *La conquista, el emirato, el califato*, t. IV da *Historia de España*, dir. por Ramón Menéndez Pidal, 4ª. ed., Madrid, 1976, pp. 139-141 [que, todavia, situa o evento no sul do *Garb*, no Monte Sacro]; *Crónicas asturianas*, ed. de Juan Gil Fernandez, Jose L. Moralejo e Juan L. Ruiz de la Peña, Oviedo, 1985, pp. 140-141, 175, 214-215 e 249 [“Cronica de Afonso III”, 22; “Cronica Albeldense”, XV-9], que o dão por muladi e cidadão de Mérida.

Em 876, Sa’dun al-Surunbaki alçou-se no castelo de *Munt Salut*, acolhendo o muladi Abd al-Rahman ibn Marwan “Ibn al-Yilliqui” [filho do Galego], que fugia de Badajoz, acossado por Hasin ibn Abd al-Aziz e pelo príncipe al-Mundir. No caminho para *Munt Salut*, passado o Tejo, o rebelde atravessou o *iqlim Mistasa*, cujas gentes se lhe juntaram. Eduardo Manzano Moreno, *ob. cit.*, pp. 194-195; E. Lévi-Provençal, *ob. cit.*, p. 194.

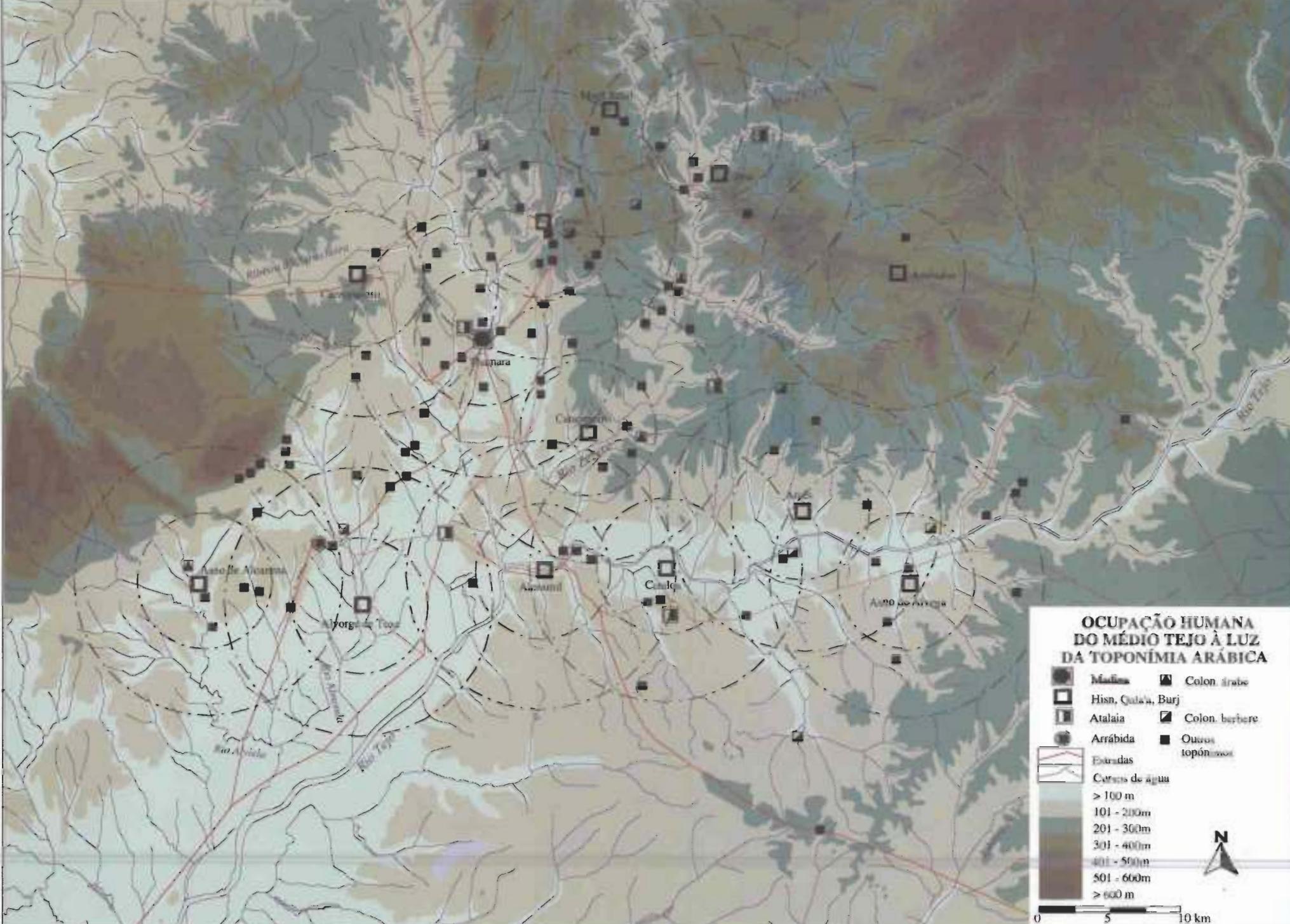
⁵⁷ Trata-se de um antigo castro, inserido no mapa “Os territórios conquistados. Séculos XII e XIII. Tentame de uma carta histórica”, in Rui de Azevedo, *ob. cit.*, entre as pp. 60-61.

⁵⁸ Revelado pelo topónimo Lagar do Catapereiro.

⁵⁹ Cf. os topónimos Atalaia (antiga vila, hoje freguesia), no concelho de Vila Nova da Barquinha, e o já referido Casal das Atalaias, no de Tomar (freguesia de S. João Baptista).

⁶⁰ A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 196.

⁶¹ A torre deveria situar-se em elevação fronteira ao rio Almonda, junto ao Casal do Castelo Velho, cerca de 1,5 Km a sul de Riachos. Um contrato de compra e venda do mosteiro de S. Jorge de Coimbra, de 1167, relativo a *Taoise*, refere-se ao *Aluorge*. Sobre esta matéria, veja-se Rui de Azevedo, *ob. cit.*, pp. 33 e 49.



OCUPAÇÃO HUMANA DO MÉDIO TEJO À LUZ DA TOPONÍMIA ARÁBICA

-  Madina
-  Hisn, Qal'a, Burj
-  Atalaia
-  Arrábida
-  Estradas
-  Cursos de água
-  > 100 m
-  101 - 200m
-  201 - 300m
-  301 - 400m
-  401 - 500m
-  501 - 600m
-  > 600 m

-  Colon árabe
-  Colon berbere
-  Outros toponímios



Alcanena ⁶².

Sobre o povoamento e organização do território que se estendia mais para leste, as fontes escritas disponíveis são quase totalmente omissas. No estado actual das investigações, não se pode sequer concluir se algum aglomerado polarizava a zona, qual a sua designação e localização. Na verdade, os elementos existentes não permitem avaliar a hipótese de continuidade dos aglomerados urbanos do período romano. Posto que a toponímia arábica seja mais abundante nas cercanias da antiga *Tubucci* ⁶³ do que junto de *Aritium* ⁶⁴, o que, em princípio, atribui àquela alguma vantagem em termos de capitalidade, talvez a tradição territorial romana favorecesse esta como pólo local. Não existem, por outro lado, dados que autorizem a supor a vetustez e continuidade urbana do povoado que, desde o século XII, se denominaria Abrantes⁶⁵. Parece-nos, contudo, de excluir a hipótese do total eramento da zona que alguns autores têm avançado ⁶⁶, perante dados cronísticos que situam nesta área, a norte do Tejo, o *iqlim* (distrito) *Mistasa*,

⁶² Recorde-se que o termo árabe *hisn*, castelo, esteve na origem dos topónimos Asno, Isna e similares. Cf. A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 194. O monte “Asno” fica uns 2 Km para leste de Alcanena.

A toponímia dá-nos o rasto, junto do sítio de Torres Novas, de uma arrábida. Eram as arrábidas um “misto de mosteiro e fortaleza, [...] conventos fortificados para defesa da fronteira.” A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 197. Todavia, a hipótese de tal designação resultar da proximidade de mosteiro franciscano, dependente do convento da Serra da Arrábida, recomenda alguma prudência face ao topónimo.

⁶³ Jorge de Alarcão, “O reordenamento territorial”, in *Portugal, das origens à romanização*, coord. por Jorge de Alarcão, vol. I da *Nova história de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, 1990, p. 359, localizou o antigo *oppidum* na Herdade do Carvalhal, no actual concelho de Constância (freguesia de Santa Margarida).

⁶⁴ Situava-se esta no Casal da Várzea, concelho de Abrantes (freguesia de Alvega), de acordo com Jorge de Alarcão, *ob. cit.*, pp. 364-365.

⁶⁵ Desde que, no século XVI, André de Resende propôs a identificação de Abrantes com *Tubucci*, muitos têm sido os defensores da ancestralidade e continuidade urbana daquele aglomerado populacional. Veja-se, entre outros, Manuel António Morato, *Memória histórica da notável vila de Abrantes para servir de começo aos Anais do Município*, 2ª. ed., org. por Eduardo Campos, Abrantes, 1990, pp. 57-66.

⁶⁶ Eduardo Campos, *ob. cit.*, p. 37 e *passim*. Parece-nos mais justa a opinião defendida por Hermínia Vasconcelos Vilar, *Abrantes medieval, Séculos XIV-XV*, Lisboa, 1988, p. 11, no sentido da existência de “comunidades rurais na zona [...], ainda que não formalizadas, provavelmente, em núcleos humanos de grande dimensão”.

povoado por berberes no século IX ⁶⁷. As duas dezenas de topónimos árabes que registamos atestam também a ocupação humana e o aproveitamento económico do território da velha *civitas* de *Aritium*. Este território teria possuído diversas fortificações: um *hisn* a norte, em elevação fronteira à ribeira da Isna ⁶⁸, outro em Alvega, junto da sede da *civitas* romana ⁶⁹, uma *qala'a* (praça-forte), a norte do lugar onde existira *Tubucci*⁷⁰, e diversas atalaias ⁷¹. Talvez se lhe pudessem acrescentar duas outras estruturas: o castro de S. Miguel (Amêndoa) ⁷² e o “castelo velho” da ribeira de Arcês, a leste de Abrantes ⁷³.

Acrescente-se que, do ponto de vista étnico e cultural, a população do Médio Tejo no período muçulmano se apresentava diversificada. Se a grande massa humana era constituída por autóctones, cristãos moçárabes ou muladis, cuja estruturação, no essencial, havia perdurado, através de compromissos com os vencedores, existem também indícios

⁶⁷ Eduardo Manzano Moreno, *ob. cit.*, pp. 194-195 e mapa a pp. 420-421, situa o *iqlim Mistasa*, habitado pela tribo berbere do mesmo nome, do grupo dos *Baranis*, algures entre Constância e Vila Velha de Ródão. Mais adiante, apontamos para a localização desse *iqlim* no actual concelho de Abrantes [cf. *infra*, n. 79].

⁶⁸ O *hisn* situar-se-ia no actual concelho de Vila de Rei, no outeiro de Nova Isna, ou no Cabeço do Castelo, ambos dominando o vale da Isna.

⁶⁹ Cf. o topónimo Pesqueira do Asno. Este *hisn* relaciona-se porventura com “a Torre que chamã d aluega”, de que é feita menção em documento de 1271 (em traslado de 1336), Arquivo Histórico do Concelho de Abrantes, *S. Vicente*, m.º. 11, n.º. 2; ref. por Eduardo Campos e Joaquim Candeias Silva, *Dicionário toponímico e etimológico do concelho de Abrantes*, Abrantes, 1987, p. 20.

⁷⁰ Tal fortificação situar-se-ia no local de Cataloa, fronteiro ao Tejo. Inferimo-lo da existência, no topónimo, do radical *cat-*, o qual resulta da contracção de *qal'at*. A proximidade de *Tubucci*, e a localização, entre o Tejo e a estrada que seguia da Foz do Zêzere para leste, em direcção a Alcántara, concedem maior consistência, pensamos, a esta hipótese.

⁷¹ Cf. os topónimos Ponte de Atalaia, no concelho de Vila de Rei, e Atalaia Cimeira e Atalaia Fundeira (freguesia do Souto), e Atalaia (freguesia do Tramagal), no de Abrantes; estes situam-se em elevações próximas de antigas vias de comunicação, como é sublinhado por Eduardo Campos e Joaquim Candeias Silva, *ob. cit.*, pp. 24-25.

⁷² Maria Amélia Horta Pereira, *Monumentos históricos do concelho de Mação*, Mação, 1970, p. 261, admite que este castro da Idade do Ferro, habitado até ao século I, fosse reutilizado na Alta Idade Média.

⁷³ Em 1471, ainda existiam as suas ruínas, sendo o castelo “velho derribado que sse chama d arcees” doado pelo rei a Gil Gonçalves. A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V*, L.º. 16, fl. 36v. Localizava-se, provavelmente, no Cabeço do Alconde.

da presença dos conquistadores e colonizadores árabes e berberes. A toponímia, que, no período cristão, foi decerto muito depurada dos vestígios do domínio muçulmano, revela-nos o estabelecimento na zona de vários grupos étnicos e clânicos. Havia árabes iemenitas, da tribo *Qayn*, na margem direita do Zêzere, árabes do norte, das tribos *Kinana* e *Zuhra*, em Alcanena e na foz do Nabão, respectivamente. O peso demográfico destes seria, porventura, ínfimo ⁷⁴. O mesmo não pode dizer-se, contudo, do elemento magrebino ⁷⁵. Detecta-se um significativo núcleo berbere junto ao rio Nabão e à ribeira de Ceras, no qual predomina o clã *Banu al-Faqih*, ocorrendo outros grupos clânicos cuja identificação não nos é, de momento, possível. Além daquele núcleo, detectam-se outros estabelecimentos: do clã *Banu'Amir*, em Torres Novas, dos *Mistasa*, pertencentes à tribo dos *Baranis*, a norte do Tejo, junto de Abrantes, da tribo *Luwata*, a sul do mesmo rio, no Pego, e a leste do Zêzere, perto do Sardoal; por último, um clã, cuja identidade não lográmos apurar, aparece indiciado na margem esquerda do Tejo (Bemposta).

A análise da distribuição espacial dos topónimos arábicos — admitindo a sua conexão com lugares habitados no período muçulmano — pode sugerir uma estrutura significativa relativamente a vectores essenciais do povoamento. Referimo-nos em especial à possibilidade de apreender os padrões de fixação considerados pelas comunidades aí radicadas.

Este género de análise assenta no pressuposto de que, no seu comportamento, as comunidades tendem a adoptar soluções que minimizem custos e maximizem vantagens. As comunidades, ao escolherem um sítio para habitarem, têm de considerar múltiplos aspectos, designadamente os modos de garantirem aprovisionamen-

⁷⁴ Pierre Guichard, *Structures sociales "orientales" et "occidentales" dans l'Espagne musulmane*, Paris-Haia, 1977, pp. 241-242.

⁷⁵ Pierre Guichard, *ob. cit.*, pp. 274-276: "[...] dans le *Gharb*, [...] les Berbères semblent avoir été nombreux, mais ce sont des contrées sur lesquelles notre documentation est particulièrement indigente. [...] Sans qu'il soit possible de proposer des chiffres bien assurés, on peut avancer que d'importants groupes tribaux venus du Maghreb prirent possession de vastes régions comme [...] les zones qui s'étendent entre la vallée du Guadalquivir et le système montagneux qui sépare le bassin du Tage de celui du Duero".

tos e segurança. Atendemos, por isso, no modelo de análise empregue, à necessidade de determinar dois tipos de território “teórico”. O território de aprovisionamento tem em vista a actividade económica principal, a agricultura. Admitiu-se que os recursos usados por uma comunidade de agricultores deverão encontrar-se, de preferência, a uma distância de 5 Km, pelo que se definiu aquele espaço por um círculo de raio equivalente à distância, presumível, de 1 hora de marcha. Quanto ao território de segurança, demarcamo-lo por um círculo cujo raio corresponde a um trajecto de 2 horas, a pé ⁷⁶. Este modelo, ao valorizar as situações maioritárias, exclui outras, também importantes, mas cujo registo cartográfico seria demasiado complexo. Pensamos, por exemplo, no andamento feito por outros meios que não a marcha humana e noutros modos de garantir a subsistência, como é o caso da pecuária.

A observação dos territórios teóricos de aprovisionamento mostra uma distribuição equilibrada dos lugares fortificados pelo espaço considerado, potencializando, assim, a obtenção de apreciáveis recursos. De facto, os círculos de 5 Km, frequentemente tangenciais, não se sobrepõem, com excepção do espaço a sul, entre Alcanena e Toxe. Regista-se aqui uma maior densidade de fortificações —três, quase alinhadas em escassos 13 Km— consentidas pelos recursos aquícolas e pela elevada produtividade dos solos de bairro e aluvião que engloba. A maior densidade de topónimos regista-se dentro dos círculos de aprovisionamento dos lugares fortificados. Na área serrana e na margem esquerda do Zêzere, a montante de Martinchel, são mais esparsos. A reduzida população dessa área e a orografia —dificultando a penetração do inimigo e oferecendo, com generosidade, recursos defensivos naturais— explicam a menor cobertura de fortificações deste sector. Pelo contrário, no espaço nuclear do Médio Tejo, os territórios de segurança dos diversos lugares acastelados sobrepunham-se razoavelmente, cobrindo-o em absoluto.

Além da sua função de defesa das populações rurais limítrofes

⁷⁶ Ver, sobre esta metodologia de análise, Manuela Martins, *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Braga, 1987, p. 211, e bibliografia aí indicada.

de cada unidade, a relativa densidade do dispositivo militar visava a protecção de *Santarín* de eventuais assédios orientais e, sobretudo, nortenhos. Mais latamente, a sua estruturação teria em vista o controlo do Tejo —a grande via fluvial do *Garb Al-Andalus*— e das vias terrestres que sulcavam a área. Façamos uma breve referência a estas.

As mais importantes estradas do Médio Tejo na época muçulmana eram: a correspondente à mais ocidental das “quatro grandes passagens--porto, que permitiam transpor a grande fronteira natural entre as terras do Sul e do Norte”⁷⁷ —unindo a Galécia ao estuário do Tejo e às planuras transtaganas, através do corredor *Qulumriyya-Selio*—, a que ligava *Santarín* a Alcántara, seguindo na direcção de *Antaniya*⁷⁸, e a que partia da antiga *Aritium* rumo ao Rego da Murta, contornando as ribeira de Eiras e de Isna⁷⁹, todas de importância transregional. Mas muitas outras existiam, estas de relevo regional, como a que, partindo de um ponto a sul de Ceras seguia até Vila de Rei⁸⁰, ou a que, das proximidades de *Tubucci*, ligava a Ponte

⁷⁷ Cláudio Torres, *ob. cit.*, p. 364. Sobre a importância deste corredor natural, que separa o maciço antigo dos cabeços calcários da orla sedimentar, veja-se Suzanne Daveau, *A Extremidade Ocidental da Cordilheira Central e o Maciço Calcário Estremenho. Excursão C do II Colóquio Ibérico de Geografia*, dactil., Lisboa, 1980, e “A estrada coimbrã, o traçado pela serra de Ancião”, in *Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, 1988, pp. 451-461.

⁷⁸ Sobre as vias de comunicação do *Garb Al-Andalus*, veja-se A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 168-171 e mapa 169. Ao invés deste autor, cremos, porém, que o traçado desta via, no actual concelho de Abrantes, correria, não pela margem direita, mas pela margem esquerda do Tejo onde é mais abundante a toponímia árabe desde a foz do Zêzere a Alvega, tal como a via romana que a antecederia e a que atrás se aludiu, seguindo Jorge de Alarcão.

⁷⁹ Correspondente à “*uiam mouriscam directe ad Vzezar*” a que alude a doação régia do território de Belver, feita em 1194. Cf. José Anastácio de Figueiredo, *Nova Historia da Militar Ordem de Malta e dos Senhores Grãos-Priores d'ella em Portugal*, vol. I, Lisboa, 1800, p. 157; *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, ed. de Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, vol. I, Coimbra, 1979, n.º 73, pp. 112-113. Provavelmente, foi por esta antiga via romana que, em 876, Abd al-Rahman ibn Marwan, fugindo de Badajoz, atingiu *Munt Salut*. A ser assim, o *iqlim Mistasa*, a que atrás aludimos, situar-se-ia no actual concelho de Abrantes, na área de Ortiga/Mouriscas.

⁸⁰ Seguia por Assamassa, Casal da Estrada e Vale de Idanha, transpondo o Zêzere entre o Porto de Cains e a foz do Codes. V. Vasco Gil Mantas, “Vias romanas da região de Tomar: os miliários”, in *O espaço rural na Lusitânia. Tomar e o seu território (Actas)*, p. 35, que a relaciona com a Reconquista, atendendo ao radical árabe *-massa*, com o significado de caminho, presente no topónimo Assamassa.

de Sor e Alter ⁸¹.

Em jeito de conclusão, apontemos em traços largos o que podemos apreender da geografia do povoamento rural do Médio Tejo, no período de dominação muçulmana:

a) O número de povoados parece ser apreciável, mas a sua distribuição não é homogénea;

b) A distribuição do povoamento rural depende de vários elementos, em primeiro lugar, das condições naturais, avultando, neste plano, a riqueza dos solos e, sobretudo, a abundância de recursos hídricos;

c) Os cursos de água —rios ou ribeiras— são particularmente propícios ao povoamento rural e à dispersão do mesmo;

d) Os aglomerados urbanos têm um papel na organização do povoamento, gerando à sua volta vários tipos de exploração agrícola, deles directamente dependentes —*al day'a*, *al-munya*, *ar-rahah*, mas também searas, olivais e vinhedos;

e) Redutos defensivos e formas de povoamento concentrado, buscam, sobretudo, não as grandes altitudes, mas colinas de altitude moderada, junto de planuras.

A queda definitiva de Coimbra nas mãos dos cristãos, em 1064, teria introduzido alterações importantes na vida local. A posição de fronteira tornar-se-ia estruturante do povoamento, exigindo que as *qura* (plural de *qarya*) se articulassem estreitamente com os *husun* e os *qila'* (plural de *qala'a*). As estruturas defensivas aparecem apoiadas na orografia e funcionando como uma rede articulada; para barrar os movimentos de norte para sul havia uma primeira linha de castelos — Isna, Monsalude, Ceras, Tomar, Carrapatoso e, mais a oeste, Catraia (Porto de Mós)—, acompanhada, a sul, por uma segunda linha —Asno

⁸¹ O topónimo Arracef, presente na delimitação do território de Abrantes, em 1173, entre a ribeira de Alcolobra e Ponte de Sor, permite precisar o traçado da via e a sua origem romana. Cf. *Documentos medievais portugueses. Documentos régios*, vol. 1, t. 1, doc.º 317, p. 417. Tal topónimo, que deriva de *ar-racif*, calçada, caminho pavimentado, “alude comprovadamente à via romana construída em *agger*”, segundo Vasco Gil Soares Mantas, “A rede viária do Convento Escalabitano”, *Actas del Simposio sobre la Rede Viaria en la España Romana*, Saragoça, 1990, p. 223. Cf., também, Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases, que em Portugal antigamente se usaram...*, ed. crít. por Mário Fiúza, vol. I, Porto, 1965, s. v. “Arracef”, p. 573.

de Alvega, Arcês, Cataloa, Catapereiro, Almourol, Alvorde de Toxe, Arrábida de Torres Novas, Asno de Alcanena e, depois, Alcanede—acompanhando, em parte, o curso do Tejo; o espaço intermédio seria preenchido por cópia de atalaias —decerto muitas mais do que as que apontamos a partir da toponímia— e um ou outro *burj*.

No conjunto, o dispositivo militar desempenharia um papel apreciável no contexto do *Garb al-Andalus*, supervisionando um segmento importante da sua área setentrional, que incluía o corredor natural Coimbra/Tomar, a partir do qual se tinha acesso a Santarém e Lisboa, a partir do leste, ou vadeando o Tejo, se podiam alcançar as planuras alentejanas. Independentemente da importância militar que então detivesse, avulta a centralidade de *Sellium/Thamara*, cruzamento de quatro estradas, com as quais contactava boa parte dos lugares fortificados da área. Note-se, por último, que a cartografia destes núcleos fortificados reflecte de algum modo as mudanças verificadas desde o meio do século XI, apontando para uma ordenação territorial cada vez mais polarizada e hierarquizada e para a provável sobreposição dos desígnios estatistas e castrenses aos interesses e autonomias das comunidades rurais.

Apêndice:

A toponímia arábica do Médio Tejo

Açougues ⁸²	De <i>as-suk</i> ⁸³
Açude , vários ⁸⁴	De <i>as-sudd</i> ⁸⁵
Adema , Torres Novas ⁸⁶	De <i>ad-demna</i> , campo, terra lavradia ⁸⁷
Albardão , Domes, Ferreira do Zêzere ⁸⁸	De <i>al-barda'a</i> ⁸⁹
Alcaide ⁹⁰	De <i>al-qa'id</i> ⁹¹
Alcamim , vários ⁹²	De <i>al-qamh</i> , trigo ⁹³
Alcanena	De <i>Kinana</i> , tribo de árabes do norte ⁹⁴
Alcaravela , Sardoal	De <i>al-qarauan</i> , perdiz ⁹⁵
Alcárcova ⁹⁶	Fosso ou vala ⁹⁷
Alcolura (Alcolobra) ⁹⁸	De <i>al-qalula</i> , esgalho de cacho ⁹⁹

⁸² Rua de Tomar.

⁸³ A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 173.

⁸⁴ Açude (Bugalhos), Alcanena; Açude (Paio Mendes), Açude do Casalinho (Beco), Ferreira do Zêzere; Azenha do Açude (Casais), Açude de Paialvo, Tomar; Açude de Antão Vaz, Abrantes, e outros.

⁸⁵ A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 164.

⁸⁶ Ficava na estrada entre a Golegã e Torres Novas.

⁸⁷ Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário...*, vol. I, p. 212; José Pedro Machado, *Dicionário etimológico da língua portuguesa com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*, vol. I, 4ª. ed., Lisboa, 1987, pp. 99-100.

⁸⁸ Também Casal dos Albardões, Tomar, e Vale dos Albardões, Bemposta, Abrantes.

⁸⁹ A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 171.

⁹⁰ Eira de Alcaide, Ferreira do Zêzere.

⁹¹ A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 192.

⁹² Lugares em: Vila de Rei; Alvega, Abrantes. Ribeira em Concavada, Abrantes.

⁹³ A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 156.

⁹⁴ Pierre Guichard, *ob. cit.*, pp. 223-224, 226, 230, 233, 388; A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 139.

⁹⁵ José Pedro Machado, *Vocabulário português de origem árabe*, p. 47.

⁹⁶ Igreja de Santa Maria de Alcárcova, Torres Novas.

⁹⁷ Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário...*, vol. I, p. 327; vol. II, Porto, 1966, p. 69.

⁹⁸ Ribeira e antigo lugar, Tramagal, Abrantes.

⁹⁹ José Pedro Machado, *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*, vol. I, Lisboa, 1984, p. 104.

Alconchel ¹⁰⁰	Significação desconhecida ¹⁰¹
Alcorochel , Torres Novas	Significação desconhecida ¹⁰²
Aldeia , vários ¹⁰³	De <i>al-day'a</i> , propriedade fundiária ¹⁰⁴
Alecrim ¹⁰⁵	De <i>al-iklil</i> ¹⁰⁶
Alfanzira ¹⁰⁷ e Alfanzirão ¹⁰⁸	De <i>al-fezeran</i> , cana, canavial, com ditongação do -e em -an ¹⁰⁹ ; ou de <i>al-khanziran</i> , dois porcos ¹¹⁰
Alferrarede ¹¹¹	De <i>al-kharrarat</i> , as cascatas ¹¹²
Algar e Algueirão , vários ¹¹³	De <i>al-gar</i> (plural <i>al-geiran</i>), cova, gruta ¹¹⁴
Algarvias , Tomar	De <i>al-garbi</i> , relativo ao <i>Garb</i> , ocidente ¹¹⁵
Algaz , vários ¹¹⁶	De <i>al-gaz</i> , fruta, que se colhe das palmeiras ¹¹⁷

¹⁰⁰ Lugar, porto e ribeira, Alferrarede, Abrantes.

¹⁰¹ José Pedro Machado, *ob. cit.*, p. 50.

¹⁰² José Pedro Machado, *ob. cit.*, p. 51.

¹⁰³ Não consideramos este topónimo, por entendermos, seguindo A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 189, que “a generalização do termo na língua portuguesa como o mais pequeno centro urbano fez transpor as aldeias para a história do Portugal cristão”. Do mesmo procedemos em relação a outros termos igualmente adoptados pelos cristãos e que se tornaram de uso corrente entre eles.

¹⁰⁴ Pierre Guichard, “Paysans d’al-Andalus. XIe-XIVe siècle”, *cit.*, p. 141. De acordo com este autor, as fontes árabes transmitem uma oposição constante entre os termos *day'a* e *qarya*, este significando aldeia.

¹⁰⁵ Casal de Alecrim, Tomar.

¹⁰⁶ A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 240.

¹⁰⁷ Matas do termo de Abrantes, cremos que situadas na margem sul do Tejo.

¹⁰⁸ Alfanzirão Fundeiro e Alfanzirão Cimeiro, Belver, Gavião.

¹⁰⁹ David Lopes, “Toponímia árabe de Portugal”, *Revista Lusitana*, vol. 24 (1921-1922), p. 259.

¹¹⁰ José Pedro Machado, *ob. cit.*, p. 53.

¹¹¹ Sede de freguesia, lugar de Alferrarede Velho e ribeira de Alferrarede, Abrantes.

¹¹² José Pedro Machado, *ob. cit.*, p. 56.

¹¹³ Em Peso, Vila de Rei; Pias e Ferreira do Zêzere; também Algarve: Algueirão, Sabacheira, Tomar.

¹¹⁴ David Lopes, “Toponímia árabe de Portugal”, *cit.*, p. 260.

¹¹⁵ José Pedro Machado, *ob. cit.*, p. 58; Orlando Ribeiro, “Portugal e o Algarve: singularidade de um nome de província”, *A formação de Portugal*, Lisboa, 1987, p. 108.

¹¹⁶ Algaz da Moura, Tomar, e Algaz, Casais, Tomar.

¹¹⁷ José Pedro Machado, *Dicionário etimológico...*, vol. I, p. 195.

Algudi ¹¹⁸	Talvez de <i>al-gadir</i> , alverca ¹¹⁹
Almares , no limite de Bugalhos (Alcanena) com Vaqueiros (Santarém)	De <i>al-maras</i> , plural de <i>al-marsa</i> , ancoradouro ¹²⁰
Almargio , Sardeal	De <i>al-marj</i> , pastagem, prado, paul ¹²¹
Almécer , Ferreira do Zêzere	Talvez de <i>al-maçil</i> ¹²²
Almedina ¹²³	De <i>al-madina</i> ¹²⁴
Almegue , Constância, e Almegiom , a sul do Tejo, Abrantes	De <i>al-megta'a</i> , vau de um rio ¹²⁵
Almeirão , Parceiros, Alcanena	De <i>al-mirun</i> , planta, espécie de chicória ¹²⁶
Almixaris ¹²⁷	De <i>al-manxar</i> , secadouro ¹²⁸
Almofala , Vila de Rei	De <i>al-mahalla</i> , campo ¹²⁹
Almogadel , Chãos, Ferreira do Zêzere	De <i>al-mugadir</i> ; o charco ¹³⁰
Almotacé ¹³¹	De <i>al-muhtasib</i> ¹³²
Almourol ¹³³ , Praia do Ribatejo, Vila Nova da Barquinha	Híbrido árabe-romance
Almoxarife ¹³⁴	De <i>al-musrif</i> ¹³⁵
Almuinha , vários ¹³⁶	De <i>al-munia</i> ¹³⁷

¹¹⁸ Cabeza de Algudi, termo de Abrantes, a sul do Tejo.

¹¹⁹ David Lopes, *ob. cit.*, pp. 259-260.

¹²⁰ José Pedro Machado, *Vocabulário português de origem árabe*, p. 64.

¹²¹ A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 161; David Lopes, *ob. cit.*, p. 261.

¹²² José Pedro Machado, *ob. cit.*, p. 65.

¹²³ Porta de Almedina, Tomar.

¹²⁴ A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 183.

¹²⁵ David Lopes, *ob. cit.*, p. 261.

¹²⁶ José Pedro Machado, *Vocabulário português de origem árabe*, p. 65.

¹²⁷ Ribeiro de Almixaris, no termo de Abrantes.

¹²⁸ José Pedro Machado, *ob. cit.*, p. 205, s. v. "Almanxar".

¹²⁹ José Pedro Machado, *Dicionário etimológico...*, *cit.*, vol. I, p. 208.

¹³⁰ A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 163.

¹³¹ Quinta do Almotacé, Paialvo, Tomar.

¹³² A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 190.

¹³³ Cf. José Pedro Machado, *Vocabulário português de origem árabe*, p. 68.

¹³⁴ Rua do Almoxarife, Tomar.

¹³⁵ A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 190.

¹³⁶ Almuinhas, Tomar; Almuinhas e Almuinha de S. Francisco, Abrantes; Almuinha Velha e ribeiro da Almuinha, Martinchel, Abrantes; lugar e ribeira da Almuinha Velha, Constância; Almuinhas Velhas, Tomar; e outras.

¹³⁷ A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 164.

Alpalhão , Enwendos, Mação	Híbrido árabe-romance ¹³⁸
Alqueidão , vários ¹³⁹	De <i>al-qiddan</i> , tufo de calcário; ou <i>al-qaytun</i> , tenda, “habitação inicial pobre” ¹⁴⁰
Alqueve , Junceira, Tomar	Talvez de <i>al-qaua</i> , terra deserta ¹⁴¹
Alverca ¹⁴²	De <i>al-birka</i> , lago, poça ¹⁴³
Alvorão ¹⁴⁴ , Assentiz, Torres Novas	De <i>al-biran</i> , dual de <i>ber</i> , poço ¹⁴⁵
Alvorge de Toxe, Riachos, Torres Novas	De <i>al-burj</i> , torre
Arcês ¹⁴⁶ , Mouriscas, Abrantes; Sardoal	Talvez de <i>ar-ras</i> , cabeça ¹⁴⁷
Arja , hoje Árgea, Olaia, Torres Novas	De <i>arzia</i> , cedral ¹⁴⁸
Arrabalde , Tomar, Torres Novas	De <i>ar-rabad</i> , plural de <i>ar-rabd</i> , subúrbio ¹⁴⁹
Arrábida ¹⁵⁰	De <i>ar-rabita</i> , convento fortificado ¹⁵¹
Arraçários ¹⁵²	De <i>ar-ras</i> , cabeça, cabeça ¹⁵³
Arracefe , Abrantes, a sul do Tejo	De <i>ar-racif</i> , calçada, caminho pavimentado ¹⁵⁴

¹³⁸ Cf. José Pedro Machado, *ob. cit.*, p. 69.

¹³⁹ Em: Martinchel, Abrantes; Paio Mendes e Pias, Ferreira do Zêzere; Pedrógão, Torres Novas; Olalhas, Tomar; também Alqueidão de Santo Amaro, Fonte e Ponte do Alqueidão, Beco, Ferreira do Zêzere; Alqueidãozinho, Serra, Tomar.

¹⁴⁰ Pedro Cunha Serra, *Alguns aspectos da toponímia lamecense*, Lisboa, 1986, p. 19, defensor do segundo étimo, ao contrário de A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 165 e José Pedro Machado, *ob. cit.*, p. 70. Também David Lopes, *ob. cit.*, pp. 263-264, que regista ambos, mostra preferência pelo primeiro.

¹⁴¹ José Pedro Machado, *ob. cit.*, p. 70.

¹⁴² Alverca de Fernando, entre a Cardiga e Tancos, no actual concelho de Vila Nova da Barquinha.

¹⁴³ A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 163.

¹⁴⁴ Lugar e ribeira do Alvorão, ponte do Alvorão de Cima, ponte do Alvorão de Baixo.

¹⁴⁵ David Lopes, *ob. cit.*, pp. 265, 267-268.

¹⁴⁶ “Castelo velho”, lugar, ribeira e ponte do mesmo nome. Também se apresentam as formas Araces, Arraces, Arreces e Arrecesse.

¹⁴⁷ José Pedro Machado, *ob. cit.*, p. 77.

¹⁴⁸ Fr. João de Sousa, *ob. cit.*, p. 61.

¹⁴⁹ A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 188; José Pedro Machado, *ob. cit.*, p. 76; Orlando Ribeiro, *ob. cit.*, p. 176.

¹⁵⁰ Quinta da Arrábida, Torres Novas.

¹⁵¹ A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 197; Francisco Marsá, *ob. cit.*, pp. 627--628.

¹⁵² E também Cruz dos Arraçários, Beco, Ferreira do Zêzere.

¹⁵³ José Pedro Machado, *ob. cit.*, p. 77.

¹⁵⁴ Vasco Gil Soares Mantas, “A rede viária do Convento Escalabitano”, *cit.*, p. 223; Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário ...*, vol. 1, p. 573.

Arriacha ¹⁵⁵ , Belver, Gavião	De <i>ar-rias</i> , punho de espada ¹⁵⁶
Arrifana , S. Miguel do Rio Torto, Abrantes	De <i>ar-rihana</i> , murta ¹⁵⁷
Arrife , vários ¹⁵⁸	De <i>ar-rif</i> , flanco da montanha ¹⁵⁹
Arroz ¹⁶⁰	De <i>ar-ruz</i> ¹⁶¹
Arruda ¹⁶²	De <i>ar-ruta</i> ¹⁶³
Asno ¹⁶⁴	De <i>hisn</i> , castelo ¹⁶⁵
Assamassa , Beselga e Casais, Tomar	O radical árabe <i>-massa</i> , com o significado de caminho ¹⁶⁶
Atalaia , vários ¹⁶⁷	De <i>at-tali'a</i> ¹⁶⁸
Azambujeiro , Azambujal e afins ¹⁶⁹	Do berbere <i>az-zanbuja</i> , oliveira brava, através do árabe ¹⁷⁰
Azemel , Torres Novas	De <i>az-zammal</i> , almocreve ¹⁷¹
Azenha , vários ¹⁷²	De <i>as-saniya</i> ¹⁷³

¹⁵⁵ Arriacha Cimeira e Arriacha Fundeira.

¹⁵⁶ José Pedro Machado, *Dicionário etimológico...*, cit., vol. I, p. 319.

¹⁵⁷ A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 240; José Pedro Machado, *Vocabulário português de origem árabe*, p. 77.

¹⁵⁸ Arrife, Ferreira do Zêzere; Arrife do Alqueidão, das Paredinhas, do Picoto e do Almonda, Torres Novas.

¹⁵⁹ José Pedro Machado, *ob. cit.*, p. 77.

¹⁶⁰ Casal de Arroz, S. Pedro, Tomar; Monte da Cova do Arroz, S. Facundo, Tomar.

¹⁶¹ A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 156.

¹⁶² Casal de S. Domingos de Arruda, Fontes, Abrantes.

¹⁶³ José Pedro Machado, *ob. cit.*, p. 77.

¹⁶⁴ Asno, Alcanena; Pesqueira do Asno, Alvega, Abrantes.

¹⁶⁵ A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 188 e 194.

¹⁶⁶ Vasco Gil Mantas, "Vias romanas da região de Tomar: os miliários", *cit.*, p. 35; Pedro Cunha Serra, *Alguns topónimos peninsulares de origem arábica*, I, Lisboa, 1976, pp. 11-12.

¹⁶⁷ Atalaia, Vila Nova da Barquinha; Casal das Atalaias, Tomar; Atalaia Cimeira e Atalaia Fundeira, Souto, Abrantes; Cabeça da Atalaia, Tramagal, Abrantes; Ponte da Atalaia, Vila de Rei; e outras.

¹⁶⁸ Francisco Marsá, *ob. cit.*, p. 619; A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 196.

¹⁶⁹ Vale dos Azambujeiros, Tomar; e outros. . V., *infra*, Zambujeiro

¹⁷⁰ José Pedro Machado, *ob. cit.*, p. 79.

¹⁷¹ José Pedro Machado, *ob. cit.*, p. 80.

¹⁷² Este topónimo não foi considerado por nós, dada a sua generalização na língua portuguesa.

¹⁷³ A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 163.

Azinhaga , vários ¹⁷⁴	De <i>az-zinaiqa</i> , rua estreita ¹⁷⁵ , ou de <i>Sinhaya</i> , tribo berbere ¹⁷⁶
Babegardo , Tomar	Significa porta larga ¹⁷⁷
Bairrada/Barrada ¹⁷⁸ , Bairro/Bárrio ¹⁷⁹ e afins vários	De <i>harat</i> , bairro (urbano ou rural); de <i>bay'a</i> (bairro) ¹⁸⁰
Bem Amor ¹⁸¹	De <i>Banu 'Amir</i> , clã berbere ¹⁸²
Bem Florido , Torres Novas	Derivado de <i>Banu-...</i> (?), clã berbere ¹⁸³
Bemposta ¹⁸⁴ , Abrantes; S. Pedro, Tomar	Idem
Benapres ¹⁸⁵	Idem
Bencasta , hoje Ave Casta ¹⁸⁶ , Areias, Ferreira do Zêzere	Derivado talvez de <i>Banu Qasim</i> , clã berbere ¹⁸⁷
Benfica , Alviobeira, Tomar; Águas Belas, Ferreira do Zêzere	Derivado de <i>Banu al-Faqih</i> , clã berbere ¹⁸⁸

¹⁷⁴ Azinhaga e Azinhaga de Vicente Oleiro, Abrantes, a Sul do Tejo; Azinhaga da Lameira, Paio Mendes, Ferreira do Zêzere; e outras.

¹⁷⁵ José Pedro Machado, *ob. cit.*, p. 80.

¹⁷⁶ A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 139.

¹⁷⁷ Fr. João de Sousa, *Vestígios da lingua arabica em Portugal*, Lisboa, 1799, p. 72.

¹⁷⁸ Bairrada: S. Pedro, Tomar; Fontes e Souto, Abrantes; Ferreira do Zêzere. Vale da Bairrada, Souto, Abrantes. Bairradinha, em Olalhas, Tomar, e Ferreira do Zêzere. Barrada, S. Facundo, Abrantes; Dornes, Ferreira do Zêzere.

¹⁷⁹ Bairro e Ribeira do Bairro (S. Pedro), Bairro Alto (Olalhas), Tomar; Bairro Falcão ou Barrifalcão, Tomar; Bairro de Marimos, Abrantes; Bairro Cimeiro, Bairro Fundeiro e Bairro da Estrada, Aldeia do Mato, Abrantes; Bairro, Constância; e outros; Barrio, Areias, Ferreira do Zêzere. Bárrio, Sabacheira, e Barrios, Casais, Tomar.

¹⁸⁰ Pierre Guichard, *ob. cit.*, pp. 214, 331-332 (correspondentes, na sua perspectiva, a "hameaux lignagers", clânicos); A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 188.

¹⁸¹ Casal e Fonte do Bem Amor, Torres Novas.

¹⁸² A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 139. Cf. também Pierre Guichard, *ob. cit.*, pp. 330-331, que considera que alguns dos antrotopónimos em "Ben-" poderão ser tardios, surgidos no fim da época muçulmana.

¹⁸³ A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 140.

¹⁸⁴ Aldeia e ribeira, Abrantes.

¹⁸⁵ Ribeiro de Benapres, Praia do Ribatejo, Vila Nova da Barquinha.

¹⁸⁶ Note-se que a forma "Aven-" também evoca um gentílico. Cf. Pierre Guichard, *ob. cit.*, p. 335.

¹⁸⁷ A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 140.

¹⁸⁸ A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 140.

Cains ¹⁸⁹	De <i>Qayn</i> , tribo de árabes iemenitas ¹⁹⁰
Caria , Areias, Ferreira do Zêzere	De <i>qarya</i> , aldeia ¹⁹¹
Cataloa ¹⁹² e Catapereiro ¹⁹³	O radical <i>cat-</i> resultou da contracção de <i>qal'at</i> , castelo ¹⁹⁴
Couço , vários ¹⁹⁵	De <i>al-qos</i> , arco ¹⁹⁶
Isna ¹⁹⁷	De <i>hisn</i> , castelo ¹⁹⁸
Laranjeira , Laranjal e afins, vários ¹⁹⁹	De <i>naranja</i> ²⁰⁰
Lizira , Lizirão , Lezíria , Lezirão , vários ²⁰¹	De <i>al-jazira</i> , ilha ²⁰²
Lobata , Santiago de Montalegre, Sardoal; e Lobato , Pego, Abrantes	De <i>Luwata</i> , tribo berbere ²⁰³
Maças ²⁰⁴	O radical árabe <i>-massa</i> , com o significado de caminho ²⁰⁵

¹⁸⁹ Ribeira de Cains, Ferreira do Zêzere.

¹⁹⁰ Pierre Guichard, *ob. cit.*, p. 389; A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 139.

¹⁹¹ A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 154; José Pedro Machado, *Dicionário onomástico e etimológico da língua portuguesa*, vol. I, Lisboa, 1984, p. 104.

¹⁹² Casal da freguesia do Tramagal, Abrantes.

¹⁹³ Lagar de Catapereiro, S. Pedro, Tomar.

¹⁹⁴ A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 192-193.

¹⁹⁵ Couço (Beco), Couço Cimeiro, Couço do Meio, Couço Fundeiro, Couço dos Pinheiros e Ribeiro do Couço (Igreja Nova), Ferreira do Zêzere; Couços, Vila de Rei.

¹⁹⁶ Cf. Fr. João de Sousa, *ob. cit.*, p. 92 e José Pedro Machado, *Dicionário etimológico...*, vol. I, pp. 183-184; este regista também o sentido de célula de eremita, ou cabana de caçador; Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *ob. cit.*, vol. I, pp. 327-329, além daquele, aponta o étimo *al-khausé*, vendaval, sul.

¹⁹⁷ Ribeira de Isna, Nova Isna, Ponte da Isna.

¹⁹⁸ A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 188 e 194.

¹⁹⁹ Devido ao seu emprego generalizado na língua portuguesa, não consideramos este topónimo.

²⁰⁰ A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 157.

²⁰¹ Respingados da documentação baixo-medieval, refiram-se, entre outros: Lezirões do Tejo, entre a foz da ribeira de Alferrarede e a do Rio de Moinhos, e a lezíria do Tramagal, no concelho de Abrantes; Lezírias de Martintinha e da Cardiga, a sul do Tejo Velho; Lezírias no Almonda, junto da aldeia da Ribeira, e no ribeiro de Alborão, em Torres Novas, ao Porto dos Omiziães; Lezirão na ribeira da Beselga.

²⁰² A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 163.

²⁰³ Pierre Guichard, *ob. cit.*, p. 389; A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 139.

²⁰⁴ Chão de Maças, Sabacheira, Tomar.

²⁰⁵ Vasco Gil Mantas, "Vias romanas da região de Tomar: os miliários", *cit.*, p. 35; Pedro Cunha Serra, *Alguns topónimos peninsulares de origem árabe*, I, Lisboa, 1976, pp. 11-12.

Mistasa (<i>iqlim</i>), Mouriscas/Ortiga (?) Abrantes	Recebeu o nome de uma tribo berbere do grupo dos <i>Baranis</i> , também chamada <i>Mistasa</i> ²⁰⁶
Monsalude, serra de S. Paulo, Beco/Dornes, Ferreira do Zêzere	Fortificação designada nas crónicas árabes por <i>Munt Salut</i> ²⁰⁷
Nora, Paialvo, Tomar	De <i>an-nau'ra</i> , aparelho hidráulico ²⁰⁸
Ozezar, depois Zêzere ²⁰⁹	De <i>od-</i> , rio, + <i>zez</i> , cigarra ²¹⁰
Raal [depois Ral], vários ²¹¹	De <i>ar-rahah</i> , domínio rural privado, tipo granja ²¹²
Rabadão ²¹³	De <i>rabb ad-dan</i> , dono de carneiros ²¹⁴
Romã, vários ²¹⁵	De <i>runman</i> ²¹⁶

²⁰⁶ Eduardo Manzano Moreno, *ob. cit.*, pp. 194-195; Pierre Guichard, *ob. cit.*, p. 275.

²⁰⁷ E. Lévi-Provençal, *ob. cit.*, p. 194; Eduardo Manzano Moreno, *ob. cit.*, pp. 194-195.

²⁰⁸ José Pedro Machado, *ob. cit.*, vol. IV, 4ª. ed., Lisboa, 1987, p. 220.

²⁰⁹ Rio, castelo, freguesia (medieval).

²¹⁰ Cf. David Lopes, *ob. cit.*, pp. 270-271.

²¹¹ Ral, Torres Novas; Ral e Quinta do Ral, Beco, Ferreira do Zêzere.

²¹² De acordo com Pierre Guichard, "El problema de la existencia de estructuras de tipo 'feudal' en la sociedad de Al-Andalus. (El ejemplo de la región valenciana)", in Pierre Bonnassie *et alii*, *Estructuras feudales y feudalismo en el mundo mediterráneo (siglos X-XIII)*, Barcelona, 1984, pp. 130-131, Isabel Montes Romero-Camacho, *El paisaje rural sevillano en la Baja Edad Media. Aproximación a su estudio a través de las propiedades territoriales del Cabildo-Catedral de Sevilla*, Sevilha, 1989, pp. 84-85.

Contudo, a lição mais consagrada entre os dicionaristas portugueses, seguindo Corominas, faz derivá-lo de *ar-rahah*, albarda, sela, lugar onde se faz paragem, acampamento, cf. José Pedro Machado, *ob. cit.*, vol. I, pp. 313-314, que sustenta a origem românica do termo; veja-se, também, id., *ibidem*, vol. V, 4ª. ed., Lisboa, 1987, pp. 45-46.

Mais recentemente, Philippe Sénac, *ob. cit.*, p. 35, atribui ao vocábulo um sentido mais amplo — "le mot arabe *rahah* se rapporte à un type d'exploitation qui correspond à une propriété privée (mas, bergerie...) ou encore à un domaine d'un seul tenant", ao mesmo tempo que mostra que *rahah* (*rafah*, no castelhano dos nossos dias), surgia na documentação do século XI "sous les formes 'Arraal' et 'Arraphals'".

²¹³ Casal de Rabadão, Fontes, Abrantes.

²¹⁴ José Pedro Machado, *ob. cit.*, p. 117.

²¹⁵ Porto da Romã (Águas Belas), Porto da Romã (Paio Mendes), Ferreira do Zêzere; Fonte da Romã (Sabacheira) Tomar.

²¹⁶ A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 157.

²¹⁷ Ribeira das Safas, Belver, Gavião.

²¹⁸ Cf. "Açafa", José Pedro Machado, *ob. cit.*, p. 24.

Safas ²¹⁷	De <i>çaff</i> , valado, sebe ²¹⁸
Samarra , Abrantes	Mesmo sentido ²¹⁹
Zambujeiro, Zambujal e afins ²²⁰	Do berbere <i>az-zanbuja</i> , oliveira brava, através do árabe ²²¹
Zorro , S, Pedro, Tomar	De <i>Zuhra</i> , tribo de árabes do norte ²²²

A estes topónimos poderão, talvez, acrescentar-se alguns outros, cuja origem não se encontra claramente esclarecida: **Alconde**, **Alcorriol** ²²³, **Alcourol**, **Algrizol**, **Almonda**, **Alvega**, **Alveirões**, **Alveijares**, **Alviobeira**, **Alvisquer**, **Alvrangel**, **Arganil** ²²⁴, **Arrão** [de Cima], **Arrascada**, **Arreçadas**, **Arrome** [Foz do], **Assentiz**, **Coteias**, **Mocelfa**.

Pelo seu interesse etnográfico, assinalem-se ainda os nomes de lugar: **Penedo do Mouro** (Ferreira do Zêzere), **Ponte dos Mouros** (Alferrarede, Abrantes), **Cabeço dos Mouros** (Alvega, Abrantes), **Buraco dos Mouros** (Tramagal, Abrantes), **Cabeço da Moura** (Olalhas, Tomar), **Cova da Moura** e **Algaz da Moura** (Tomar), **Ribeiro das Mouriscas** (Torres Novas), **Moiriscos** e **Mouriscas** (Abrantes), **Mourisco** e **Vale Mourisco** (Sardoal), **Mourolinho** (Igreja Nova, Ferreira do Zêzere).

²¹⁹ Cf. Orlando Ribeiro, *ob. cit.*, p. 178; José Pedro Machado, *Dicionário etimológico...*, *cit.*, vol. V, pp. 148-149, considera o vocábulo de origem basca ou ibérica.

²²⁰ Zambujeiro, Aldeia do Mato, Abrantes; Ribeira do Zambujeiro, Serra, Tomar; Zambujal, Pego, Abrantes; Zambujal, Parceiros, Torres Novas. V., supra, Azambujeiro.

²²¹ José Pedro Machado, *Vocabulário português de origem árabe*, p. 79.

²²² Pierre Guichard, *ob. cit.*, p. 388; A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 139.

²²³ De *al-carriol*, carrinho, de acordo com Artur Gonçalves, *Mosaico torrejano. Miscelânea de retalhos do passado e do presente de Tórres Novas para memoração no futuro*, Torres Novas, 1936, p. 207.

²²⁴ De *argan* (?), cf. Fr. João de Sousa, *ob. cit.*, p. 59.